

O CURRÍCULO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BOA VISTA, PB

Renata Taís de Oliveira Sampaio

Renata-tais@hotmail.com

Cinthia Dieska de Lima Vasconcelos Macedo

cinthiadieska01@hotmail.com

Dra. Lenilda Cordeiro de Macêdo (DE/UEPB)

lenildauepb@gmail.com

A presente pesquisa foi desenvolvida nas instituições de educação infantil do município de Boa Vista, Paraíba. Temos como objetivos investigar as concepções de currículo de professores que atuam na rede municipal e identificar se as propostas pedagógicas respeitam as singularidades das crianças. Além disso, verificar se essas propostas estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A produção de dados foi realizada através de questionários e entrevistas semi estruturadas que foram aplicados em 10 instituições, 1 creche situada na cidade e 9 escolas que atendem a educação infantil, dentre estas, 8 são situadas no campo e 1 na cidade. Participaram como colaboradoras 20 professoras, 10 do maternal e 10 da pré-escola. Constatamos que 90% das escolas ainda não possui Projeto Político Pedagógico, quando este deve ser primordial para um bom funcionamento do trabalho pedagógico, desta forma 95% das professoras afirmaram que não consultam a Proposta pedagógica no momento de elaborar o planejamento das aulas. Quanto aos materiais consultados para elaborarem o planejamento, a grande maioria, 65% das professoras, destacou a Internet como principal fonte de consulta. Apenas 5% destacaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Por fim, as professoras reconhecem a importância do currículo na educação infantil, considerando-o como base para nortear o trabalho. Em face dos dados apresentados concluímos que, apesar do reconhecimento dessa importância, as professoras não planejam as aulas com base no currículo, uma vez que as escolas não possuem Proposta Pedagógica. Desta forma, as necessidades e direitos das crianças ficam às margens, por não haver um planejamento que considere todo o contexto em que a criança está inserida.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Criança, Proposta Pedagógica.

O CURRÍCULO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BOA VISTA, PB

Renata Taís de Oliveira Sampaio (UEPB)

Cinthia Dieska de Lima Vasconcelos Macedo (UEPB)

Dra Lenilda Cordeiro de Macêdo – DE/UEPB

1-INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem função importantíssima para o desenvolvimento integral da criança. Considerar a dimensão afetiva, cognitiva e social é essencial nesta fase primando para que a criança seja um sujeito ativo e autônomo na construção de sua aprendizagem. É neste sentido que analisaremos as concepções de currículo subjacentes às propostas pedagógicas de instituições de educação infantil, uma vez que toda a comunidade escolar, principalmente os professores precisam garantir o pleno desenvolvimento das crianças tendo como suporte os documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, a literatura acadêmica da área, dentre outras ferramentas e estratégias que potencializem a qualidade da educação infantil.

2-REFERENCIAL TEÓRICO

No final do século XX foi possível identificar um avanço das políticas públicas para a educação das crianças pequenas, com a criação de leis e documentos na área. Em 1988, aprovou-se a Constituição Federal que reconhece a criança como um sujeito de direitos, possibilitando educação e respeito a sua singularidade. Para garantir ainda mais esses direitos foi criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, visando não só a proteção das crianças, mas também dos adolescentes, apresentando em seu Art. 7 que “A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência”. (BRASIL, 1990).



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9394, BRASIL, 1996) foi a primeira lei que abordou o termo educação infantil e a tratou como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral das crianças. Até então a educação das crianças de 0 a 6 anos não era reconhecida como parte da estrutura educacional do Brasil. As crianças desta faixa etária eram atendidas pelo sistema de assistência social.

A partir desta grande conquista político-social de inserir a educação infantil como primeira etapa da educação básica o governo federal, através da secretaria de Educação Básica do MEC lançou vários documentos que rompiam com a perspectiva dualista de creche como instituição meramente assistencialista e pré-escola como etapa preparatória para o ensino fundamental. Citamos como exemplo, no campo do currículo o RCNEI (BRASIL, 1999). Este documento, dentre outros, referendam a função social das instituições de educação infantil, de compensatórias e assistenciais, passam a ser espaços coletivos de cuidar/educar de forma indissociável. (MACÊDO, 2005).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CEB nº 09 de 17 de abril de 1999, substituída pela Resolução CEB nº 05 de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2010) reafirma, dentre outros princípios, a função de educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade, o que confirma que o cuidar deve estar intimamente ligado com o educar. Sua visão sobre a Proposta Pedagógica é de que a mesma “é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados [...]” (BRASIL, 2010, p. 13).

É possível compreender que não pode haver uma dicotomia entre educar/cuidar, as duas ações se resumem a uma só, isto quer dizer que, os professores devem ter em mente que atividades como o brincar, falar, movimentar, tomar banho, comer e entre outras devem estar permeadas por este conceito, pois “o chamado binômio educar/cuidar tornou-se não só o objetivo da educação de crianças de zero a seis anos, mas também a sua especificidade”. (KRAMER, 2003, p. 74).

A criança deve ser o centro do planejamento curricular, a educação deve ser voltada para os seus interesses respeitando sua singularidade e considerando sua capacidade de aprender e construir conhecimento a partir de suas interações com o outro e com o mundo. Neste sentido defendemos um currículo para a educação infantil pensado e praticado com a criança. Para garantir os direitos das crianças é necessário que as práticas curriculares “[...] valorizem suas vozes, suas linguagens, seus jeitos de ser e estar no mundo [...]”. (MACÊDO e DIAS, 2015, p.104).



As instituições de educação infantil precisam construir suas propostas pedagógicas, as quais devem atender as necessidades da comunidade na qual está inserida, de modo que, “[...] possa garantir que as práticas educativas desenvolvidas com essas crianças se encaminhem na direção de lhes garantir uma educação de boa qualidade que lhes proporcionem desenvolverem-se de forma plena e integral”. (AMORIM; DIAS, 2011, p.135). Por isso, a necessidade do Projeto Político Pedagógico ser construído por todos os envolvidos no processo escolar, para que possa atender as necessidades das crianças.

[...] todo projeto de educação infantil deve afirmar a igualdade, entendendo que as crianças – também as de zero a seis anos - são cidadãos de direitos, têm diferenças que precisam ser reconhecidas e pertencem a diversas classes sociais, vivendo na maioria das vezes uma situação de desigualdade que precisa ser superada. (KRAMER, 2003, p. 55).

Para Rinaldi (1999), todo trabalho pedagógico deve ser voltado para atender as necessidades das crianças, considerando-as como sujeitos ativos, “Elas têm potencial, plasticidade, desejo de crescer, curiosidade, capacidade de maravilharem-se e o desejo de relacionarem-se com outras pessoas e de comunicarem-se”. (RINALDI, 1999, p.114).

Sendo assim, o caminho a seguir é aquele pelo qual as crianças possam ser envolvidas em atividades de cuidado e ao mesmo tempo de uma educação que contemple seus interesses e que possa levar em conta suas singularidades. Para tanto, “A proposta pedagógica precisa constituir-se o norte de todas as práticas de cuidado e educação desenvolvidas na instituição”. (MACÊDO e DIAS, 2015, p. 106).

Desta forma, os projetos precisam ser realizados em ambientes que estimulem ao máximo o desenvolvimento das habilidades e curiosidades das crianças permitindo a exploração de tudo que for vivenciado e, acima de tudo, que priorize a interação entre as crianças possibilitando a troca de saberes, pois é a partir daí que elas produzem conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010, p. 19) destacam que o objetivo das propostas pedagógicas deve ser garantir à criança “o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira e a interação com outras crianças”.

Os eixos norteadores das propostas pedagógicas na educação infantil, proposto pelas DCNEI, são as interações e brincadeiras. As interações das crianças entre si, com os objetos de



conhecimento, com os materiais e com os professores e familiares, além das brincadeiras devem garantir experiências e sentidos diversos. É uma visão de currículo que rompe como o modelo disciplinar e desenvolvimentista e avança no sentido de promover práticas pedagógicas que contemplem os interesses e as experiências das crianças, além de garantir o respeito à diversidade cultural.

A LDB nº 9.394/96 define que todo estabelecimento de ensino deve “elaborar e executar sua Proposta Pedagógica” (BRASIL, 1996, p.14), no entanto, esta deve “delinear sua própria identidade” (VEIGA, 1996, p.14). É imprescindível que a mesma seja construída por professores, diretores, alunos, familiares, equipe de apoio, todos que conhecem de perto a realidade da escola, para assim serem definidos objetivos e metas que realmente possam ser alcançados e promovam a educação desejada.

A proposta pedagógica precisa constituir-se no norte de todas as práticas de cuidado e educação desenvolvidas na instituição. “o planejamento curricular deve ter como ponto de partida e de chegada as experiências e interesses das crianças, de seus grupos de origem e da sociedade brasileira em geral” (AQUINO e VASCONCELLOS, 2012, p. 75).

Em linhas gerais, o currículo e a prática didático-pedagógica na educação infantil precisam ser pensados a partir dos eixos das interações e brincadeiras, sendo princípio fundamental a indissociabilidade do cuidar/educar. Nesta perspectiva, as propostas pedagógicas devem considerar a criança como um ser completo em suas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais, como também, é imprescindível considerar o contexto de vida mais imediato das crianças, suas necessidades, peculiaridades e diferenças culturais, étnicas e de gênero.

Por fim, o objetivo a ser alcançado é o desenvolvimento integral da criança. Tanto nas creches, como nas pré-escolas ou instituições equivalentes, a criança tem necessidades e direitos de ser cuidada e educada como um todo. Não se concebe um currículo e, por conseguinte, práticas pedagógicas para esta etapa educativa em que não estejam presentes os cuidados com o seu corpo, sua alimentação, sua saúde, seu crescimento e seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo. É importante ressaltar que qualquer atividade que tenha como referência a criança, seja na família ou na instituição é multifacetada, implica em ações educativas e de cuidado.

3- METODOLOGIA



A nossa proposta de pesquisa caracterizou-se como quali-quantitativa, pois nos utilizamos de dados quantitativos, cuja fonte foi, na primeira etapa um questionário sócio acadêmico com 15 questões objetivas, aplicado com 20 professores no município de Boa Vista, que atuam em 1 creche e 9 escolas com turmas pré-escolares (I e II) campo e cidade. Na segunda etapa da pesquisa realizamos entrevistas semiestruturadas com as 20 professoras. Os questionários foram respondidos na presença da pesquisadora e as entrevistas foram realizadas face a face e gravadas em um dispositivo eletrônico. Posteriormente foram transcritas e submetidas ao método de análise de conteúdo.

4- RESULTADOS

Em nossa pesquisa foi possível constatar que as professoras possuem boa formação acadêmica, tendo em vista que 90% delas possuem ensino superior completo e 70% possui pós-graduação. Das 70% que possuem especialização, 8 (57,15%) professoras são especializadas em Educação Infantil e 6 (42,85%) professoras, são especializadas em Psicopedagogia. Sobre a formação universitária Gomes (2009) pontua que é uma fase importante e essencial para os professores de crianças pequenas, onde os mesmos irão adquirir conhecimento teórico e prático através dos estágios.

Em se tratando das condições de trabalho, observamos que grande maioria 19 (95%) professoras possui emprego efetivo, possibilitando assim, uma melhor condição de trabalho e reconhecimento de direitos. Constatamos também que todas elas já possuem uma relevante experiência na área da educação infantil.

Buscando compreender a concepção de currículo das professoras questionamos as mesmas sobre a importância do currículo na educação infantil. Todas as 20 (100%) professoras consideraram a importância do currículo para a Educação Infantil e ao explicarem seu entendimento sobre o mesmo, 11 (55%) professoras reduziram-no a uma base, luz que direciona o trabalho desenvolvido apenas na sala de aula.

Sim, o currículo vai nortear o trabalho que nós desenvolvemos, ele vai embasar as nossas ações. (E2/PA- 03-12-15). Sim, porque ele dá uma luz pra o que vamos fazer em sala de aula na educação infantil. (E3/PA- 1712-15).

É importante ressaltar que o currículo vai muito além das exposições acima citadas, pois o mesmo abrange toda prática que acontece no cotidiano escolar. Ele guia e é guiado pela realidade.



O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 1999, p. 150 apud NUNES, 2012, p. 38).

Estas palavras reforçam a necessidade de se pensar cuidadosamente em cada detalhe do currículo para que este não seja algo estático, mas possa se modificar constantemente em função das necessidades e singularidades das crianças oferecendo a vivência de atividades que contemplem o pleno desenvolvimento das mesmas.

Constatamos também a concepção de currículo voltada para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo das crianças apresentando a ideia do mesmo ser permeado pela ludicidade, marca esta essencial para as atividades pedagógicas da educação infantil.

Sim né, é um meio do professor se reger, né, que através do currículo ele pode desenvolver atividades que favoreça a aprendizagem né, da criança. (E5/PA- 15-12-15).

É nesta perspectiva que o currículo deve está inserido, para favorecer o desenvolvimento da criança, não só o cognitivo, mas o afetivo, motor, social propiciando a criança práticas pedagógicas que deem visibilidade as culturas infantis, que proporcionem as crianças o conhecimento de si e da realidade. Sobre isto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil conceitua o currículo como:

Conjuntos de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Há ainda, professoras que deram ênfase ao currículo como indicador de conteúdos, como podemos observar abaixo.

Acho, porque devemos saber quais os conteúdos e maneiras para trabalhar com as crianças. (E2/PB- 14-12-15); Sim, acho importante porque cada etapa da educação tem suas peculiaridade né, e o currículo é o que organiza e estrutura esses conteúdos, então tem que haver sim e a gente tem que levar em consideração. (E8/PE- 23-12-15);

A visão destas professoras diverge da concepção de currículo como organização da prática pedagógica centrada na mediação entre os sujeitos e as práticas da cultura, não disciplinar ou conteudista. (LOPES e SOBRAL, 2014, p. 76). É preciso entender que o currículo delimita ações a serem realizadas dentro do contexto escolar e não se resume apenas a seleção de conteúdos.

No tocante aos documentos/bibliografias consultados pelas professoras para elaborar o planejamento das aulas, foi possível identificar que 13 (65%) delas utilizam a internet.



Eu busco muito a internet, assim é que mais utilizo.(E4/ E8/PA- 11-12-15)

Eu consulto internet, livros paradidáticos e outros.(E7/E8/PC- 20-01-16)

Sabemos que a internet é um instrumento riquíssimo que deve ser “utilizada como auxiliar no processo educativo”, (KENSKI, 2007,p.44) podendo ajudar a desenvolver aulas inovadoras, uma vez que dispõe de uma ampla variedade de ferramentas. No entanto, o planejamento do professor não deve se resumir exclusivamente a ela, pois se assim for, é possível que haja uma fragmentação dos conhecimentos, e a oferta de atividades distantes da vida cotidiana das crianças. Kenski (2007) alerta que “Cada tecnologia tem a sua especificidade e precisa ser compreendida como um componente adequado no processo educativo”.

Outra fonte de consulta bastante pesquisada são os livros didáticos, que muitas vezes assumem o papel de guia, onde os professores seguem a fundo o que o livro apresenta, impedindo a criatividade, a reflexão, a inovação e a autonomia. “[...] A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas”. (VEIGA, 1996, p. 18-19).

É importante ressaltar que os livros apresentam um vasto grau de informação e que seu uso não é descartado, mas é preciso que o professor tenha autonomia frente aos conteúdos e orientações. Além do mais, os livros quase sempre são descontextualizados, ou seja, não atendem as necessidades das crianças.

Apenas 2 (10%) professoras consultam a Proposta Pedagógica e apenas 1(5%) citou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes de Base da Educação Infantil como fontes de pesquisa. Desta forma, é possível constatar que a realidade da educação infantil muitas vezes se distancia do que os documentos oficiais determinam, o currículo deixa de exercer sua função, uma vez que não se é dada a devida importância, salientando que

O currículo para a Educação Infantil precisa contemplar não apenas as áreas de conhecimento, mas, principalmente, atentar para ações de educação e cuidado capazes de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, considerando os aspectos físico, mental, cognitivo, emocional e afetivo. (AMORIM, 2015, p. 67).

Referente às dimensões e linguagens contempladas no currículo, as 20 (100%) professoras apresentaram ter conhecimento do assunto tratado, no entanto fizeram uma mistura do que é dimensão e do que é linguagem.



Na educação infantil as dimensões mais contempladas é a afetividade né, o social da criança, o cognitivo né, a interação deles com as outras crianças né, a socialização entre outras né. A linguagem é a corporal, a motor né, a de equilíbrio.(E1/PB- 16-12-15)

Todas essas dimensões e linguagens são essências para o trabalho na Educação Infantil, já que as DCNEI (2010, p. 19) traz a ideia de que a organização de materiais, espaços e tempos devem assegurar “a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança”. Nota-se que há um reconhecimento de todas as dimensões e linguagens e que o espaço é decisivo para a vivência das mesmas.

Sobre a operacionalização do currículo todas as professoras demonstraram que a ludicidade está presente nas práticas cotidianas, ou seja, a ludicidade perpassa o currículo das escolas em que as mesmas atuam. Foi possível identificar termos como lúdico, jogos, brincadeiras, brinquedo no discurso das professoras. Elas reconhecem a importância do brincar para a formação da criança quando afirmam propiciar a vivência de atividades lúdicas, desta forma, não encontramos um currículo fechado, pois o brincar é essencial para a apreensão da realidade pela criança.

Trabalhamos desenvolvendo atividades lúdicas, através de jogos, brincadeiras que levem a criança a participar com prazer e trazendo o desenvolvimento deles.(E2/PB- 14-12-15)

Eu sempre procuro trabalhar com o lúdico, todo trabalho é feito com brincadeiras e com coisas que chamem a atenção da criança.(E3/PA- 1712-15)

Desta forma, podemos afirmar que é impossível trabalhar com Educação Infantil sem a vivência de atividades lúdicas, onde as crianças irão não só aprender, mas se desenvolver de forma prazerosa, é por isso que as DCNEI (BRASIL, 2010) nos apresenta a brincadeira e a interação como eixos norteadores da educação Infantil.

Quanto a diferenciação do currículo por etapas as professoras afirmaram que as atividades são diferenciadas de acordo com a faixa etária das crianças. Há uma preocupação no discurso das mesmas em direcionar atividades específicas para atender as necessidades de cada faixa etária, pois acreditam que em cada etapa há necessidades que devem ser mais ou menos trabalhadas.

É, tem na escola o maternal, pré I e pré II e é diferenciado o currículo, cada um trabalha de acordo com a faixa etária da criança. Eu priorizo sempre os movimentos corporais, o desenvolvimento lúdico, que eu acho muito importante para o desenvolvimento da criança é também as atividades que envolvam a escrita, já pra ir desenvolvendo o cognitivo da criança. (E2/PB- 14-12-15)

Sim, pra cada etapa, né, tem que ter um currículo específico né, de acordo com a necessidade e a faixa ataria da criança. Eu trabalho mais com músicas, movimento né, com a literatura infantil, contação de histórias, dramatizações, manuseio de materiais concretos. (E5/PA- 15-12-15)



De certa forma, as singularidades das crianças estão sendo respeitadas, tendo em vista que, “A garantia dos direitos das crianças pressupõe a consolidação de práticas que valorizem suas vozes, suas, linguagens, seus jeitos de ser e estar no mundo”. (MACÊDO e DIAS, 2015, p. 104).

No que concerne às formações continuadas, 16 (80%) das professoras explicaram que o município no qual atuam não dispõe deste meio. Os dados evidenciam que não há uma política de formação continuada neste município, o que existe são formações pontuais e esporádicas, que possuem caráter de planejamento, não podendo ser entendida como formação continuada.

Específica pra educação infantil não, tem pra as series iniciais. (E4/PA- 11-12-15)

Não que o município não oferece pra educação infantil. (E5/PA- 15-12-15)

Nesta perspectiva, entendemos que a formação continuada é imprescindível para a qualificação de um profissional, tendo em vista que possibilitará ao professor uma reflexão permanente de sua prática, uma busca constante pelo conhecimento, permitindo desenvolver um trabalho centrado nas necessidades e interesses das crianças e as entendendo como seres sociais dotadas de habilidades que são capazes de construir conhecimento a partir das relações com o meio.

5- CONCLUSÕES

Diante do exposto, fica claro que as professoras entendem currículo, como base, luz que direciona o trabalho pedagógico, como instrumento de favorecimento para o desenvolvimento das crianças e também como indicador de conteúdos. É necessário que estas professoras ampliem seus conhecimentos sobre currículo na educação infantil, afinal de contas, as atividades de banho, alimentação, sono, constituem o currículo, mas em nenhum momento essas atividades são citadas pelas professoras. Para tanto, é preciso compreender que a função primordial da educação infantil é cuidar/educar de forma integrada.

É possível concluir que as crianças não são ouvidas, uma vez que em que as professoras não citaram as crianças como fonte de consulta para a elaboração do planejamento das atividades pedagógicas, as crianças não são o centro do trabalho pedagógico, o currículo é feito para elas e não com elas.

6-REFERÊNCIAS



AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Educação infantil e currículo**: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. Espaço do currículo, João Pessoa, v.3, n.1, p. 451-461, mar./set. 2010.

AMORIM, Ana. Luisa. Nogueira. de; DIAS, Adelaide. Alves. **Currículo e educação infantil**: uma análise dos documentos curriculares nacionais. Espaço do currículo, João Pessoa, v.4, n. 2, p. 125-137, set. 2011/ Mar.2012.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira. **Reflexões sobre o currículo da educação infantil e seus processos de educação e ensino**: o currículo em ação nas creches. Espaço do currículo, João Pessoa, v. 8, n.1, p. 65-72, jan./abr. 2015.

AQUINO, Ligia Maria Leão de; VASCONCELLOS, Vera Maria. Questões curriculares para educação infantil e PNE. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; AQUINO, Lígia Maria Leão de. Educação Infantil e PNE: **questões e tensões**. (orgs). Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p. 69-82

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 3 Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

GOMES. Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias também servem para fazer educação. In: **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. ; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.



LOPES, Denise Maria de Carvalho ; SOBRAL, Elaine Luciana Silva. **Educação Infantil e Currículo: políticas e práticas**. Debates em Educação, Maceió, v. 6, n. 11, p. 75-103, jan./jun. 2014.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide. Alves. **O currículo na pré-escola: novos e velhos sentidos de ensinar e de aprender**. Espaço do currículo, João Pessoa, v.8, n.1, p101-118, jan./abr. 2015.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. **Práticas de Cuidado e Educação para Crianças de 0 a 2 Anos na Creche: Novos Olhares**. Dissertação: Mestrado, 2005. 179f. (Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB). João Pessoa, PB.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. Educação infantil: instituições, funções e propostas. In: CORSINO, Patrícia. (Org.). **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

RINALDI, Carlina. O currículo emergente e o construtivismo social. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999. p.113-127.

VEIGA, Ilma. Passos. Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1996.